

DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO NO CERRADO BRASILEIRO: ações governamentais e problemas socioambientais

Antonio Joaquim da Silva¹
Maria do Socorro Lira Monteiro²
Eriosvaldo Lima Barbosa³

Resumo

Os anos de 1970 marcam a entrada de um novo padrão produtivo no espaço rural brasileiro, assentado mormente em inovações tecnológicas e terras, cujo apoio estatal foi fundamental para o processo de ocupação dos cerrados pelo agronegócio e sua inserção nos mercados doméstico e global. Por meio de pesquisa bibliográfica, este artigo analisa a participação governamental na difusão do agronegócio nos cerrados e as consequências socioambientais derivadas da ocupação. Concluiu-se que as *benesses* governamentais, como subsídios rurais, infraestrutura, terras, assistência técnica, abertura comercial e intervenções cambiais foram condição *sine qua non* para a consolidação do agronegócio, repercutindo na hegemonia em favor de multinacionais do capital agrário, aprofundamento da questão fundiária, subordinação da agricultura familiar e impactos ambientais.

Palavras-chave: agronegócio, cerrado, problemas socioambientais.

Introdução

Recentemente, no Brasil, o *agribusiness* ou agronegócio tem se destacado como um setor ativo da economia, haja vista sua participação no mercado mundial de alimentos e de energia, estando entre os maiores produtores e exportadores de produtos agropecuários, como café, etanol e suco de laranja, carne bovina, aves, tabaco e soja (ADAMI; BARROS, 2014).

Em termos de rentabilidade, entre 1990 e 2004, os lucros gerados por agroexportações cresceram cerca de 480%, passando de US\$ 6 bilhões para cerca de US\$ 35 bilhões, cuja taxa anual de crescimento na produção de milho, carne de porco, cana-de-açúcar, soja, frango e algodão representou, respectivamente 53%, 27%, 18%, 17%, 13% e 12%, contribuindo para a manutenção de 35% da População Economicamente Ativa (PEA) do país (WELCH, 2006).

Já em 2013, Brasil (2014) revela que o agronegócio gerou em torno de US\$ 100 bilhões, correspondendo a um incremento de 4,3% em relação ao ano anterior. Tal conformação favoreceu o saldo da balança comercial em US\$ 2,561 bilhões, uma vez que apresentou superávit de US\$ 82,907 bilhões, o que evidenciou uma participação de 41,3% no total das exportações. Por outro lado, essa performance desperta polêmica quanto à participação estatal em contemplar um pequeno grupo de capitalistas agrários.

1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – antoniojoaquim@ifpi.edu.br
2 □ Universidade Federal do Piauí – socorrolira@uol.com.br
3 Universidade Federal do Piauí – eriosvaldobarbosa@hotmail.com

Tal conformação revela que o agronegócio consiste na integração externa da economia rural, devido a protagonizar a coesão de capitais agrários, agroindustriais e financeiros (ANTONELLO, 2011).

No entanto, neste trabalho, corrobora-se com a concepção de Silva (2016, p.74), de que o agronegócio manifesta-se como um projeto sociopolítico (e ideológico) arquitetado em torno de “elites agrárias que defendem a presença atuante do Estado na concessão e proteção de *benesses* para um segmento social que produz para o mercado de *commodities*, articulado às exigências do capital financeiro internacional”.

Destaca-se que a afirmação de Silva (2016) vai ao encontro da percepção de Pessoa e Inocêncio (2014), de que o uso intensivo de capital repercutiu na modernização, expansão agrícola e ocupação de territórios potenciais à monocultura, como o Cerrado, fazendo com que esse bioma assumisse papel estratégico para o desenvolvimento da agricultura empresarial, com elevados índices de produtividade da terra.

Sendo assim, questiona-se o papel do Estado e as políticas públicas institucionalizadas para a emergência do capital na agropecuária produtiva, haja vista os impactos socioambientais da expansão do agronegócio, particularmente nos cerrados, posto que, para Silva, Monteiro e Barbosa (2015, 2016), o agronegócio consubstancia-se como o fenômeno responsável por transformações socioespaciais que atingem diretamente a produção, as paisagens, as relações de trabalho, as identidades, as temporalidades, os hábitos e as estratégias de resistência social e econômica das populações locais.

O estudo utiliza a pesquisa bibliográfica, visando a análise da participação estatal no processo de difusão do agronegócio no cerrado brasileiro e as consequências da instalação sobre o trabalho, a terra e o meio ambiente. Logo, tem caráter descritivo/explicativo, já que caracteriza, interpreta e avalia fatos e fenômenos que repercutiram no novo padrão agrário/agrícola em áreas de fronteira agrícola. Ademais, sustenta-se no método dialético, por revelar que fatos e ideias estão em conexão e reciprocidade, ou seja, em constante transformação e, para isso, concilia pensamentos opostos (SPOSITO, 2004).

O Estado brasileiro na consolidação do agronegócio e os impactos socioambientais

A introdução do agronegócio no Brasil data das mudanças nos padrões de reprodução do capitalismo na agricultura, ocorridas a partir de meados do século XX, quando as metas instituídas pelo Governo Federal, visando modernizá-la, foram determinantes para o

desenvolvimento industrial. Pontua-se que a instalação e difusão do agronegócio resultaram no reordenamento do território e em novos recortes socioespaciais para os estudos agrários (ELIAS, 2012; SILVA, 2016; SILVA; MONTEIRO; BARBOSA, 2016).

De fato, a ocupação de áreas potenciais para a reprodução do capital e para a dinâmica do mercado global de *commodities*, como os cerrados, assentou-se na redistribuição das funções produtivas que relativamente generalizou e massificou o uso de inovações tecnológicas, o que acirrou a divisão territorial do trabalho, potencializou as práticas de novos agentes econômicos, aprofundou as tensões sociais e redimensionou a geografia econômica (ELIAS, 2012; SILVA, 2016).

Segundo Silva (2016), as transformações socioespaciais nos cerrados, decorrentes da expansão e consolidação do agronegócio, marcaram a atividade agrícola como o elemento definidor das mudanças nas paisagens, nos padrões tecnoprodutivos e nas sociabilidades.

Tendo em vista tal cenário, Matos e Pessôa (2011) e Silva, Monteiro e Silva (2015) destacam o II Plano Nacional de Desenvolvimento ou II PND, proposto pelo Governo Federal, na década de 1970, como instrumento preponderante à instalação do agronegócio no país, por reunir mecanismos subvencionadores como meio de manter a performance da fase de crescimento econômico acelerado (milagre brasileiro). Dentre os mecanismos, Silva (2016) evidencia as políticas de crédito agrícola preconizadas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural ou SNCR, o qual concedia financiamentos bancários por meio de capital de giro a prazos relativamente longos, a Política de Garantia de Preços Mínimos ou PGPM, que se caracteriza pela intervenção estatal no controle de preços no mercado para assegurar a lucratividade do produtor rural em períodos de excedente de produção agrícola, a abertura comercial, as mudanças na estrutura fundiária, os incentivos fiscais e as pesquisas científicas mediante a criação de instituições, como a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa), em 1971. A partir da supracitada década inicia-se o processo de expansão e modernização da fronteira, entendida, segundo Martins (2014), como lugar de conflitos e de limites históricos, cuja conversão do bioma Cerrado aos imperativos da produção grãos/carnes se baseou na dinâmica do mercado global.

Os cerrados ocupam aproximadamente 24% do território nacional, em uma área total estimada de 2.036.448 km², abrangendo 1.388 municípios, distribuídos entre o Distrito Federal e os estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí, São Paulo e Tocantins (IBGE, 2012).

Peixinho e Scopel (2009) relatam que o agronegócio granífero, protagonizado pela soja, que naquela década ocupava as regiões Sul e Sudeste, dissemina-se para o Planalto Central, e em seguida para as regiões Nordeste e Norte, atraídos pelas *benesses* do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento Agrícola da Região do Cerrado (PRODECER). O POLOCENTRO foi criado em 1975 e tinha por finalidade anexar áreas do bioma aos Complexos Agroindustriais (CAIs) através de benefícios (crédito agrícola) e vantagens (baixo preço das terras), além da disponibilidade de infraestrutura (MATOS; PESSÔA, 2011). Quanto ao PRODECER, este consistia num acordo entre o governo brasileiro e o japonês, firmado em 1974, para colonizar e explorar as terras dos cerrados sob sistemas de cooperativas coordenadas pela Companhia de Promoção Agrícola – Campo (OLIVEIRA, 2005).

Nesses trâmites, Inocêncio e Calaça (2009, p. 3 e 5) explica que o principal motivo para a criação do PRODECER era transformar os cerrados em uma área produtora de grãos, sobretudo soja, produto que na época estava em recessão no mercado japonês.

Os Estados Unidos em 1970 impuseram uma barreira dificultando a exportação da soja. Como o Japão era dependente desse mercado e possuía um consumo elevado desse produto, houve a necessidade de se buscar outras áreas que pudessem suprir o abastecimento. Como o Brasil já havia implantado programas como o POLOCENTRO, PADAP (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba), e o PCI (Programa de Crédito Integrado do Cerrado), todos voltados para o Cerrado, o PRODECER foi como que uma continuidade desses programas. Esta ação direta do governo ao assinar o acordo com os japoneses para a produção de produtos exportáveis no cerrado caracteriza a dimensão do poder do Estado na ocupação, ordenação e reordenação do território, no caso exposto, através da agricultura. [...] As ações do PRODECER fixaram-se em Estados das Regiões Centro-Oeste, Sudeste, Norte e Nordeste, todas recobertas por vegetação de Cerrado. Na primeira etapa, (PRODECER I) que teve início em 1980, foi implantada no oeste de Minas Gerais. A segunda (PRODECER II) estabeleceu-se em 1987, nos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Bahia. A terceira e última etapa (PRODECER III), fixou-se a partir de 1995 nos estados do Maranhão e Tocantins.

Em conformidade com Graziano da Silva (1998), esse cenário possibilitou que a primeira metade da década de 1970 fosse marcada por taxas de crescimento do PIB superiores a 10% a.a., com índices de inflação em torno de 20% a.a., caracterizando o período conhecido como milagre econômico. Nos anos seguintes, instaura-se um encadeamento de crises econômicas e restrições de crédito que incidem diretamente no desenvolvimento do setor agropecuário. Para Lucena e Souza (2001), esse contexto decorreu do descontrole inflacionário e do aumento do déficit público, fatos agravados pelos choques do petróleo de

1973 e, notadamente, de 1979. Lucena e Souza (2001) mencionam, ainda, o abandono do lastro ouro por dólar e os programas recessivos de ajuste impetrados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a pretexto de controlar o pagamento dos credores internacionais.

Em consonância com Graziano da Silva (1998), esse quadro ratifica o caráter “perverso” do desenvolvimento na década de 1980, uma vez que os sucessivos arrochos salariais, cortes nas importações, e as regulações cambiais, redirecionaram a agropecuária para a produção de excedentes exportáveis, com o fim de gerar saldos comerciais crescentes para contenção dos juros do endividamento externo. Para tanto, utilizou-se da PGPM e do seguro agrícola, para criar suporte operacional para os produtores, em virtude da diminuição dos incentivos do crédito rural subsidiado.

Para Alves (2014), tais Programas foram os responsáveis diretos pela ocupação e modernização dos cerrados, fazendo da soja a principal cultura produzida. Isso exigiu a dependência do Estado aos capitais financeiros, a expansão das agroindústrias por meio da constituição dos CAIs e a vinculação da economia agrícola à racionalidade do mercado global.

Nessa perspectiva, Bernardes (2009) defende sob a ótica expansionista do Governo Federal, era preciso estabelecer um novo tipo de agricultor o qual pudesse reunir em torno de si as qualidades da almejada agricultura empresarial. Tal conformação só seria possível mediante a participação do governo/iniciativa privada e dos investimentos em energia, transporte e comunicação.

De fato, para Peixinho e Scopel (2009, p. 96-97), esses fatores incrementaram o desenvolvimento de grãos nos cerrados, exigindo a personificação de um produtor moderno que soubesse manejar a base técnica de produção e que incorporasse uma racionalidade empresarial. Todavia, isso não significa que todos os que produzem grãos nos cerrados sejam “empresários, mas que a sua dinâmica está associada à formação de um núcleo empresarial que dá coesão à sua organização”.

Com base nesse contexto, compreende-se que o agronegócio se instalou nos cerrados desencadeando uma economia em escala, ao mesmo tempo disseminou graves problemas sociais, como a concentração da propriedade da terra. Para Sauer e Leite (2012, p.511), essa configuração resulta notadamente “em aumento do preço da terra e no acirramento das disputas territoriais”. Ademais, segundo o Dataluta (2014), as propriedades maiores de 1000 hectares, que correspondem a 1,5% dos 5.498.451 imóveis rurais do Brasil, concentram

52,1% da área total, fixada em 597.018.808,73 hectares. Em contrapartida, o estrato com área menor de 100 hectares (4.738.663 unidades), que respondem por 86,2% dos imóveis rurais, representam 17,4%, ou seja, ocupam 104.020.314,97 hectares.

Outro aspecto imprescindível para a instalação do agronegócio nos cerrados foi o papel do Estado em suscitar ideologicamente a ocupação dos espaços ditos “vazios”, os quais apresentavam, historicamente, povoamento rarefeito (ALVES, 2009). Contudo, Soares (2008) contraria a ideia de espaços vazios, por reconhecer a presença de populações tradicionais, próprias dos cerrados, mesmo que indivisíveis, por força da marginalidade da pobreza, que se colocavam em direção diametralmente oposta à racionalidade do agronegócio. Dentre os nativos, destaca os indígenas, camponeses, agroextrativistas, ribeirinhos e quilombolas, os quais apresentavam modos de vidas específicos que se reproduziam em redes complexas de experiências, conhecimentos e saberes, para a utilização dos ambientes. Conseqüentemente, essas populações conviviam com os limites de espaço físico, “estabelecidos em tempos remotos, quando as demarcações eram feitas com cordas e bússolas, e os limites nem sempre materializados. Os limites de respeito desobrigavam o uso de cercas nas chapadas/cerrados” (SOARES, 2008, p. 147) para criação de gado e coleta de plantas farmacêuticas, alimentícias e de proteção.

Como exemplo axiomático dessa situação, Andrade (1979, p.43) comenta que a população originária dos cerrados ao sul do Piauí, desenvolvia uma economia amonetária, pois utilizava, dentro de suas possibilidades, os recursos necessários para a subsistência do grupo doméstico, cultivando a terra, caçando animais silvestres, explorando a flora e a madeira, criando o gado e empregando o couro para os mais diversos misteres, sobretudo, para “confecção de selas e arreios para seus cavalos, roupas de trabalho, portas de casa, leite, bolsa para transporte de alimentos (o mocó) e recipiente para transportar água”.

Como também infere-se que a expansão territorial tem implicado em ameaça para a preservação da biodiversidade, já que até o ano de 2009, os cerrados contavam apenas com 51,2% de remanescentes de floresta, sendo que a cobertura vegetal antrópica ocupava 48,2% de área. E que, entre 2009 e 2010, a taxa anual de desflorestamento era a maior entre os biomas do país, cujo crescimento se fixou em 0,32%. Tais dados apontam para a tendência de degradação, uma vez que 43,6% de floresta nativa foi suprimida até o ano de 2002, e 47,8% até o ano de 2008 (IBAMA, 2011).

Peixinho e Scopel (2009) asseguram que a retirada da vegetação das áreas de chapadas (terrenos planos ou suavemente ondulados e viáveis à mecanização) para a implantação da lavoura capitalista não só repercutiu um grande impacto ambiental, mas, sobretudo, comprometeu a identidade territorial da população nativa, já que as chapadas representavam para a população rural os lugares de uso coletivo, ou seja, eram consideradas as áreas de reservas naturais para a criação do gado (em determinadas épocas do ano), para o extrativismo vegetal e para a caça de animais silvestres. Portanto, as chapadas designavam as terras devolutas, isto é, terras ociosas e não cercadas, que constituíam extensos descampados de matas de cerrados.

Além disso, a utilização de inovações tecnológicas e conhecimentos de gestão, pelo agronegócio, provoca como consequência, a redução de demanda por trabalhadores permanentes, passando a predominar nas grandes propriedades, trabalhadores temporários. Para Browder, Pedlowski e Walker (2008), esse panorama realça que o agronegócio desloca parcela considerável de trabalhadores para realizar serviços sazonais e de baixa qualificação, como colheita de frutas, verduras, etc., o que denota que por visar o lucro, o agronegócio possibilita que o capital se estenda para espaços onde os custos de reprodução do trabalho sejam baixos.

Em razão desse panorama, Moraes (2009) reclama que a presença do agronegócio nos cerrados obrigou os agricultores familiares a redimensionarem suas práticas econômicas e sociais de sobrevivência, embasados simplesmente no trabalho familiar ou como produto integrado ao agronegócio, o que suscitou a necessidade de redefinição de suas identidades socioculturais no sistema agrícola familiar.

Considerações Finais

A participação estatal foi essencial para a imposição do contexto agrário/agrícola nos cerrados. Primeiro, por conceder financiamentos através do SNCR, a investir em pesquisas científicas. Segundo, por favorecer as grandes propriedades e grupos empresariais rurais, ora por meio da PGPM, pelo seguro agrícola e pelas *benesses* para a incorporação de novas áreas (via ocupação e valorização de terras públicas) produtivas nos cerrados. Para tanto, disponibilizou infraestrutura necessária à instalação do agronegócio, mediante a construção de

rodovias pavimentadas ou não, portos, pontes, aeroportos, usinas hidrelétricas, eletrificação rural e construção de armazéns para grãos.

Ademais, a expansão do agronegócio ocorreu simultaneamente à continuada concentração fundiária, acentuada no aumento do preço da terra e no agravamento das disputas e conflitos territoriais. Desse modo, entendeu-se o agronegócio como um projeto sociopolítico orquestrado pelos interesses do Estado e de grupos dominantes do setor agrário, comandado pelo mercado financeiro internacional, que estabelece a integração entre agricultura/indústria/mercado, com fins de verticalizar a produção e comercialização das *commodities* agropecuárias. Em função de tal conformação, o agronegócio se expandiu (e continua se expandindo) para as áreas fronteiras de ocupação agrícola, incrementando uma modernização que impõe uma padronização produtiva que incorpora o território numa hierarquia de fluxos agenciados globalmente, que transforma a paisagem e que altera os projetos de vida das populações das localidades.

Conclui-se que o agronegócio personifica a valorização e reprodução do capital no espaço rural, em razão de misturar competitividade econômica com profundas disparidades na posse e uso da terra, e nas relações de trabalho e meio ambiente.

Referências Bibliográficas

ADAMI, A. C. de O.; BARROS, G. S.A. de C. Brasil bate recorde nas exportações do agronegócio. **Conexões**, São Paulo, ano 7, n. 41, p. 34, mar./abr., 2014.

ALVES, V. E. L. As novas dinâmicas socioespaciais introduzidas pelo agronegócio nos cerrados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins. In: BERNARDES, J. A.; BRANDÃO FILHO, J. B. (Orgs.). **A territorialidade do capital: geografias da soja II**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009a. pp.151-175.

_____. Región centro-norte de Brasil: dinámicas territoriales recientes en el campo y en la ciudad. **Cuadernos de Geografía**, Bogotá, v. 23, n. 1, p. 47-60, ene./jun., 2014.

ANDRADE, M. C. de. 1979. **O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste**. 2. ed. Recife: Sudene, pp. 37-52.

ANTONELLO, I. T. Transformação socioespacial rural mediante a racionalidade capitalista no processo produtivo agrícola. **Campo-Território**, Maringá, v. 6, n. 11, p. 53-74, fev., 2011.

BERNARDES, J. A. Fronteiras da agricultura moderna no cerrado Norte/Nordeste: descontinuidades e permanências. In: BERNARDES, J. A.; BRANDÃO FILHO, J. B. (Orgs.). **A territorialidade do capital: geografias da soja II**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009. pp.13-39.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Balança comercial do agronegócio**: síntese dos resultados do mês e do acumulado no ano 2012/2013. Dados consolidados do AgroStat Brasil/SECEX/MDIC. (2014). Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 12 de abril de 2017.

BROWDER, J. O.; PEDLOWSKI, M. A.; WALKER, R. Revisiting theories of frontier expansion in the Brazilian Amazon: a survey of the colonist farming population in Rondônia's post-frontier, 1992-2002. **World Development**, [s. i.], v. 36, n. 8, p. 1469-1492, aug., 2008.

DATALUTA. **Bancos de dados da luta pela terra**: relatório Brasil 2013. Presidente Prudente: Unesp, 2014.

ELIAS, D. Les territoires de l'agrobusiness au Brésil. **Confins**, Paris, v. 15, p. 1-20, jun., 2012.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1998.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. Programa de Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite. **Monitoramento do bioma cerrado 2009/2010**. Brasília, DF: MMA/IBAMA/PNUD, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual técnico da vegetação brasileira**: sistema fitogeográfico, inventário das formações florestais e campestres, técnicas e manejo de coleções botânicas, procedimentos para mapeamentos. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INOCÊNCIA, M. E.; CALAÇA, M. Cerrado: fronteira da produção agrícola capitalista do século XX. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, XIX, São Paulo, 2009. **Anais...** São Paulo: USP, 2009, pp. 1-16.

LUCENA, R. B. de; SOUZA, N. de J. O papel da agricultura no desenvolvimento econômico brasileiro, 1980/1998. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 19, n. 35, p. 55-72, mar., 2001.

MARTINS, J. de S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo UFRJ**, Rio de Janeiro, ano 13, n. 22, v. 2, p. 290-322, ago./dez., 2011.

MORAES, M. D. C. de. Um povo do cerrado entre baixões e chapadas: modo de vida e crise ecológica de camponeses(as) nos cerrados do sudoeste piauiense. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. v. 2 (estratégias de reprodução social). São Paulo: Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. pp. 131-161.

OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (Org.). **Geografia do Brasil**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2005. pp. 465-534.

PEIXINHO, D. M.; SCOPEL, I. A territorialização da agricultura moderna no Piauí. In: BERNARDES, J. A.; BRANDÃO FILHO, J. B. (Orgs.). **A territorialidade do capital: geografias da soja II**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009. pp. 89-113.

PESSÔA, V. L. S.; INOCÊNCIO, M. E. O Prodecer (re)visitado: as engrenagens da territorialização do campo no Cerrado. **Campo-Território**, Maringá, edição especial, p. 1-22, jun., 2014

SAUER, S.; LEITE, S. P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **RESR**, Piracicaba, v. 50, n. 3, p. 503-524, jul./set., 2012.

SILVA, A. J. da. **Agricultura familiar e a desterritorialização/desterritorialização/reterritorialização provocada pelo agronegócio no cerrado piauiense: hibridismo sociocultural marginal em Uruçuí**. 2016, 326 fls. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

SILVA, A. J. da; Monteiro, M. do S. L.; Barbosa, E. L. Difusão do agronegócio no Brasil: estratégias governamentais. **Informe Econômico**, Teresina, v. 17, n. 34, p. 47-54, 2015.

_____. Contrapontos entre o tradicional e o moderno no rural. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 34, n. 2, pp. 81-97, 2016.

SILVA, A. J. da; MONTEIRO, M. do S. L.; SILVA, M. V. da. Contrapontos da consolidação do agronegócio no cerrado brasileiro. **Sociedade e Território**, Natal, v. 27, n. 3, p. 95-114, jul./dez., 2015.

SOARES, J. L. N. Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região Sul do Maranhão. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 1, n. 13, p. 144-155, jul./dez., 2008.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Unesp, 2004.

WELCH, C. Globalization and the transformation of work in rural Brazil: agribusiness, rural labor unions, and peasant mobilization. **International Labor and Working-Class History**, London, n. 70, p. 35-60, [s. d.], 2006.